

# ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA 2025: ANÁLISE E IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

A nova estratégia americana ameaça a soberania brasileira no Hemisfério Ocidental, exigindo alinhamento compulsório e controle de recursos estratégicos; o Brasil deve fortalecer sua defesa, integração regional e usar de diplomacia equilibrada para preservar sua autonomia.

**Albert Caballé Marimón\***

Colaborou: **Marco Antonio de Freitas Coutinho\*\***



*Imagen meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.*

**E**m novembro de 2025, os Estados Unidos divulgaram sua estratégia de Segurança Nacional (NSS, *National Security Strategy*)<sup>1</sup>. Coincidentemente, o Brasil também aprovou o decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025, consolidando a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Os documentos brasileiros não fazem menção à estratégia americana, e talvez não devam realmente fazê-lo. No entanto, a estratégia de defesa brasileira deve levar em consideração determinados aspectos das iniciativas americanas.

<sup>1</sup> *The White House. United States of America, 2025. National Security Strategy of the United States of America. Washington, DC. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/download/45003/?tmstv=1765043411>.*

Neste artigo buscamos realizar uma análise da nova NSS dos EUA com o objetivo de identificar seus pontos centrais e, a partir deles, delinear os pontos de maior relevância e preocupação para o Brasil.

Finalmente, são propostas algumas recomendações estratégicas para que a política nacional de defesa e a estratégia de inserção internacional do Brasil possam se adaptar ao paradigma geopolítico representado pela estratégia americana, que se caracteriza por um realismo assertivo, nacionalismo econômico e redefinição das alianças e esferas de influência globais.

## DOUTRINA MONROE 2.0

A NSS 2025 não menciona especificamente o Brasil, mas fala em dificuldades para reverter a “*influência estrangeira*” (leia-se China) no “*hemisfério ocidental*”, termo que remete à Doutrina Monroe. Mas o que é exatamente essa doutrina?

No último dia 2 de dezembro, a Casa Branca publicou uma mensagem presidencial<sup>2</sup> de Donald Trump celebrando o aniversário da Doutrina Monroe, afirmando que “*a doutrina da soberania do presidente Monroe protegeu o continente americano contra o comunismo, o fascismo e a interferência estrangeira*”. Trump diz reafirmar “*essa política consagrada pelo tempo*”, dizendo que, desde que assumiu o cargo, tem “*buscado agressivamente uma política de ‘America First’, pautada pela paz através da força*”.

Em 2 de dezembro de 1823, portanto há exatos 202 anos, os Estados Unidos anunciaram a Doutrina Monroe. Formulada pelo presidente James Monroe, ela estabelecia que as potências europeias não deveriam mais interferir no “*hemisfério ocidental*”, expressão que para os norte-americanos, equivale às Américas. Embora à primeira vista parecesse uma política defensiva e quase idealista, desde sua origem carregava a noção de que essa vasta região seria uma esfera exclusiva de influência de Washington.

Esse conceito reaparece com força na nova NSS dos EUA. Embora o documento evite mencionar diretamente “Américas”, distingue claramente o “*hemisfério ocidental*” das demais regiões globais: Europa, Oriente Médio, Ásia e África. Isso novamente

<sup>2</sup> *The White House. United States of America, 2025. “America 250: Presidential Message on the Anniversary of the Monroe Doctrine”. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/12/america-250-presidential-message-on-the-anniversary-of-the-monroe-doctrine>.*

reafirma a centralidade estratégica das Américas para a doutrina de segurança nacional dos EUA. As metas americanas para o hemisfério são resumidas na fórmula “recrutar e expandir” (“*enlist and expand*”): recrutar aliados tradicionais para conter migração e fluxos ilícitos e expandir parcerias com novos atores, reforçando os Estados Unidos como opção preferencial em segurança e economia. A estratégia prevê recompensas a governos alinhados e abertura a interlocutores com visões distintas, desde que compartilhem interesses comuns.

Esse reposicionamento atualiza a lógica da Doutrina Monroe em uma versão contemporânea, agora sob o título de “Corolário Trump”.

A Política e a Estratégia Nacionais de Defesa brasileiras, recentemente publicadas, não consideram essa “Doutrina Monroe 2.0” em sua avaliação do ambiente regional e internacional; portanto, isso exigirá uma reflexão cuidadosa na formulação das políticas externa e de defesa brasileiras.

Ao reafirmar o hemisfério ocidental como sua esfera de influência exclusiva, os EUA colocam em xeque a autonomia regional, desafiam diretamente a soberania nacional e o próprio conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. O Brasil, como potência emergente e líder natural na América do Sul, deve compreender os desdobramentos dessa doutrina para preservar sua capacidade de decisão estratégica e sua inserção internacional independente.

## NSS 2025: “PAZ ATRAVÉS DA FORÇA E SOBERANIA”

A NSS de 2025 representa uma ruptura fundamental com o consenso que norteou a política externa americana desde o fim da Guerra Fria. O documento abandona explicitamente as premissas do globalismo e do intervencionismo liberal, que são criticadas como idealistas e prejudiciais aos interesses americanos, em favor de uma abordagem centrada no princípio “America First”

Esta nova doutrina se baseia em um conjunto de princípios realistas e pragmáticos, cujo foco é a proteção da soberania, a revitalização econômica e a competição estratégica com outras potências.

Os pilares desta estratégia podem ser resumidos em 10 princípios fundamentais, que reorientam a ação americana no mundo. Entre eles, destacam-se a primazia das nações sobre as instituições transnacionais, a insistência no compartilhamento de

fardos (*burden-sharing* e *burden-shifting*) por parte dos aliados, e uma política comercial focada no trabalhador americano e na justiça (*fairness*), o que sinaliza uma postura mais protecionista e transacional.

A tabela a seguir compara os preceitos da estratégia anterior, criticada no documento, com a nova abordagem de 2025.

### **Nova Abordagem**

Comparação dos preceitos da estratégia anterior, com a abordagem de 2025

Característica	Consenso Pós-Guerra Fria (criticado)	Estratégia de Segurança Nacional 2025
Visão de Mundo	Globalista e Intervencionista Liberal	Realista e Nacionalista ("America First")
Papel dos EUA	"Polícia do Mundo" e promotor da democracia	Potência equilibradora com foco nos próprios interesses
Alianças	Fardos de segurança centralizados nos EUA	Exigência de "burden-sharing" e reciprocidade
Comércio	Livre-comércio e globalização irrestritos	Comércio "justo" e recíproco; protecionismo seletivo
Soberania	Soberania compartilhada com instituições globais	Soberania nacional como valor inegociável
Relação com China	Engajamento e integração na ordem liberal	Competição estratégica econômica e tecnológica
Intervenção	Justificada por razões humanitárias e de democracia	Predisposição ao não-intervencionismo; intervenção apenas para interesses vitais

Tabela: BLOG VELHO GENERAL/ESCOLA DO CANAL ARTE DA GUERRA • Fonte: The White House (2025). National Security Strategy of the United States of America. • Criado com Datawrapper

### *Diferenças de abordagem na política americana.*

*"Por décadas, as elites de Washington buscaram uma dominação americana permanente sobre o mundo inteiro... Elas apostaram equivocadamente que o globalismo e o 'livre comércio' iriam, de alguma forma, enriquecer a classe média americana e fortalecer nossa base industrial. Em vez disso, eles esvaziaram ambos."*<sup>1</sup>

Esta citação do documento ilustra a profundidade da crítica à política externa anterior e o desejo de reverter suas consequências, priorizando a reconstrução da base industrial, a segurança das fronteiras e a dominância energética e tecnológica dos EUA. A nova estratégia, portanto, não é apenas uma mudança de tática, mas uma redefinição fundamental dos interesses e do papel dos Estados Unidos no cenário global.

## **PONTOS DE PREOCUPAÇÃO PARA O BRASIL NA NOVA ESTRATÉGIA AMERICANA**

A nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA apresenta uma série de desafios diretos e indiretos para o Brasil, que deveriam exigir uma reavaliação cuidadosa de nossa política externa e de defesa. A análise do documento revela que a busca americana por soberania e segurança pode colidir frontalmente com os interesses

estratégicos brasileiros de autonomia, desenvolvimento e liderança regional. Os principais pontos de preocupação são discutidos a seguir.

## 1. O “COROLÁRIO TRUMP” E A SOBERANIA NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

O ponto de maior preocupação para o Brasil é a reafirmação assertiva da Doutrina Monroe, agora expandida pelo que o documento chama de “Corolário Trump”. O objetivo declarado é restaurar a preeminência americana no Hemisfério Ocidental, negando a potências não-hemisféricas (notadamente a China) a capacidade de projetar influência ou controlar ativos estratégicos na região. Esta doutrina representa uma ameaça direta à soberania brasileira, pois pode ser usada para justificar intervenções em decisões autônomas do Brasil sobre parcerias estratégicas e econômicas.

A estratégia prevê uma reavaliação da presença militar americana na região, incluindo o acesso a locais estrategicamente importantes e o possível uso de força letal sob o pretexto de combater cartéis (vide ações e demonstrações no Mar do Caribe). Para o Brasil, isso pode se traduzir em pressão para ceder bases ou permitir operações militares estrangeiras em seu território, especialmente na Amazônia, área de imensa riqueza estratégica e biodiversidade.

## 2. COMPETIÇÃO GEOECONÔMICA E PRESSÃO POR ALINHAMENTO

A NSS 2025 estabelece uma clara competição geoeconômica, na qual os Estados Unidos utilizarão seu poder econômico, financeiro e tecnológico para forçar um alinhamento dos países da região. A estratégia é explícita ao condicionar tratamento comercial favorável, compartilhamento de tecnologia e aquisições de defesa ao alinhamento estratégico com Washington e à redução da influência de competidores.

Para o Brasil, cujo principal parceiro comercial é a China, esta política cria um dilema de difícil solução. A manutenção de laços com Pequim, especialmente em áreas sensíveis como tecnologia e infraestrutura, pode levar a retaliações americanas. A estratégia americana visa a forçar uma escolha binária, minando a tradicional política externa brasileira de pragmatismo e diversificação de parcerias.

## 3. CONTROLE DE RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS

O documento confere alta prioridade ao acesso a minerais críticos, essenciais para

as tecnologias do futuro. O Brasil, como detentor de vastas reservas de nióbio, lítio, terras raras e outros recursos estratégicos, torna-se um palco central nesta disputa. A NSS 2025 sugere que os EUA podem considerar esses recursos como “*ativos estrategicamente vitais*” no hemisfério, cujo controle por potências adversárias deve ser negado.

Isso implica um risco real de pressão para que o Brasil conceda acesso preferencial a empresas americanas ou limite investimentos de outros países, como a China, no setor de mineração. A soberania sobre a gestão de seus próprios recursos naturais pode ser diretamente desafiada, com a recusa em cooperar podendo ser enquadrada como uma ameaça aos interesses de segurança dos EUA.

#### 4. AMEAÇAS À LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA E À INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A estratégia americana de “recrutar e expandir” (“*enlist and expand*”) parcerias no hemisfério, por meio de acordos bilaterais de comércio e segurança, compete diretamente com o interesse brasileiro de liderança e integração na América do Sul. Ao oferecer incentivos a países vizinhos para que se alinhem com Washington, os EUA podem efetivamente fragmentar blocos como o Mercosul e minar a influência regional do Brasil.

Essa abordagem de “*hub-and-spokes*”<sup>3</sup>, com os EUA no centro, enfraquece a capacidade do Brasil de construir um espaço de cooperação autônomo na América do Sul, essencial para a sua projeção de influência e para a estabilidade e desenvolvimento da região.

### RECOMENDAÇÕES PARA A ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

Diante do cenário desafiador apresentado pela nova NSS dos EUA, o Brasil precisa adotar uma postura proativa e pragmática para proteger seus interesses e preservar sua autonomia. As seguintes recomendações estratégicas são propostas para orientar a política externa e de defesa do país.

<sup>3</sup> O modelo de “*hub and spoke*” é um projeto de rede centralizada em que muitos pontos menores (raios) se conectam a um único ponto central principal (hub) para consolidação, distribuição ou coordenação, em vez de se conectarem diretamente uns aos outros. No exemplo, os EUA seriam o ponto central, com os países latino-americanos representando os “raios”.

## 1. FORTALECER A DISSUASÃO E A CAPACIDADE DE DEFESA NACIONAL

O princípio central da nova doutrina americana é “Paz Através da Força”. O Brasil deve internalizar essa lógica, compreendendo que a melhor garantia de sua soberania é uma capacidade de dissuasão crível. Isso exige:

- **Aumento do Investimento em Defesa:** É imperativo revisar o orçamento de defesa, buscando um aumento gradual e sustentado do investimento para um patamar mais próximo de 2% do PIB. Esses recursos devem ser direcionados para projetos estratégicos que ampliem a capacidade de vigilância, mobilidade e poder de fogo das Forças Armadas.
- **Priorização de Setores Estratégicos:** Focar no desenvolvimento de capacidades assimétricas e de negação de área (A2/AD), especialmente no Atlântico Sul e na Amazônia. Isso inclui o fortalecimento do programa de submarinos (PROSUB), o desenvolvimento de mísseis antinavio e de cruzeiro, a implementação de uma doutrina moderna de uso de drones como vetores de reconhecimento e ataque, e a expansão dos sistemas de vigilância e sensoriamento remoto (SISFRON, SisGAAz).
- **Autonomia Tecnológica:** Acelerar os programas de desenvolvimento de tecnologia de defesa nacional, reduzindo a dependência de fornecedores estrangeiros em áreas críticas. A Base Industrial de Defesa (BID) deve ser fortalecida com incentivos fiscais, financiamento, poder de compra do Estado e apoio à exportação, incluindo modelos de financiamento e suporte diplomático.

Neste contexto, o debate sobre o ápice da dissuasão – a **capacidade nuclear para fins de defesa** – torna-se um imperativo estratégico, ainda que complexo e controverso. A posse de um arsenal nuclear, embora politicamente custosa, é o único fator que comprovadamente garante a inviolabilidade territorial e a soberania de uma nação contra a agressão de uma superpotência. Para o Brasil, considerar tal caminho exigiria uma reavaliação fundamental de sua posição no mundo, iniciando-se pela **denúncia do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)** e afins, e, crucialmente, por uma **emenda à Constituição Federal de 1988**, que em seu Art. 21, restringe toda a atividade nuclear a fins pacíficos.

Embora a busca por essa capacidade possa potencialmente implicar em severas sanções por parte das potências ocidentais no curto e médio prazo, a emergência de uma ordem multipolar – como o fortalecimento dos BRICS+, a consolidação de eixos

de poder alternativos e a crescente fragmentação do sistema internacional – pode atenuar significativamente o risco de isolamento. Países como China, Rússia, Índia e outras potências emergentes, que buscam contrabalançar a hegemonia ocidental, podem oferecer a possibilidade de parcerias estratégicas, acesso a tecnologias e mercados alternativos, reduzindo a eficácia das sanções tradicionais.

A ausência de um debate sério sobre a opção nuclear pode significar, a longo prazo, a aceitação de uma soberania limitada e permanentemente vulnerável aos interesses de potências nucleares estabelecidas – como demonstra a ameaça implícita na nova NSS.

## 2. APROFUNDAR A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA COMO ESCUDO ESTRATÉGICO

Frente à estratégia americana de fragmentação, a resposta do Brasil deveria ser o aprofundamento da integração regional. Uma América do Sul unida e coordenada é um ator com maior poder de barganha e mais resiliente a pressões externas. As ações deveriam incluir:

- **Revitalização do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS):** Transformar o CDS em um fórum efetivo para a coordenação de políticas de defesa, a construção de confiança mútua e o desenvolvimento de uma doutrina de defesa regional. A criação de uma identidade de defesa sul-americana é um contraponto necessário à Doutrina Monroe.
- **Projetos de Infraestrutura e Conectividade:** Impulsionar projetos de integração de infraestrutura (energia, transportes, comunicações) que fortaleçam os laços econômicos e a interdependência entre os países da região, criando um contrapeso à atração econômica dos EUA.
- **Diplomacia Ativa:** O Brasil deve exercer sua liderança por meio de uma diplomacia ativa e constante com seus vizinhos, buscando construir consensos e apresentar uma visão compartilhada para o futuro da região.

## 3. ADOTAR UMA DIPLOMACIA DE “EQUILÍBRIO DINÂMICO”

O Brasil deve evitar a armadilha de uma escolha binária entre EUA e China. A política externa deve ser guiada por um “equilíbrio dinâmico”, buscando maximizar os benefícios e minimizar os riscos de suas relações com ambas as superpotências. Isso implica:

- **Diálogo Estratégico com os EUA:** Manter canais de diálogo permanentes, abertos e de alto nível com Washington para negociar áreas de cooperação e, ao mesmo tempo, demarcar firmemente as linhas vermelhas da soberania brasileira. O Brasil deve argumentar que a estabilidade e a prosperidade do hemisfério dependem do respeito à autonomia dos países da região.
- **Parceria Estratégica com a China:** Continuar a aprofundar parcerias com a China em áreas de interesse mútuo (comércio, investimento, infraestrutura), mas com uma estratégia clara de mitigação de riscos, diversificação de parcerias e proteção de setores tecnológicos sensíveis.
- **Construção de Coalizões:** Fortalecer alianças com outras potências médias e emergentes (como Índia, África do Sul, Indonésia e Turquia) que compartilham o interesse em um mundo multipolar e na reforma da governança global. O BRICS+ e outros fóruns multilaterais ganham importância estratégica nesse contexto.

#### 4. PROTEGER A SOBERANIA SOBRE A AMAZÔNIA E OS RECURSOS NATURAIS

A defesa da Amazônia deve ser tratada como a máxima prioridade da defesa nacional. O Brasil precisa combinar o fortalecimento da presença militar na região com uma política de desenvolvimento sustentável que legitime sua soberania.

- **Presença Estatal Efetiva:** Aumentar a presença do Estado na Amazônia, não apenas com forças militares, mas com serviços públicos, infraestrutura e oportunidades econômicas para a população local. Isso reduz o vácuo de poder que pode ser explorado por atores externos ou criminosos.
- **Cooperação Amazônica:** Liderar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para criar uma frente unida dos países amazônicos na defesa da soberania e na promoção do desenvolvimento sustentável da região. Uma posição coordenada enfraquece narrativas que defendem a internacionalização da floresta.
- **Estratégia Nacional de Recursos Estratégicos:** Desenvolver uma política clara para a gestão dos minerais críticos e outros recursos estratégicos, que combine a atração de investimentos com a proteção da soberania e a garantia de que a exploração desses recursos sirva ao desenvolvimento nacional.

## CONCLUSÃO

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2025 inaugura uma era de competição geopolítica mais explícita e de maior pressão sobre países como o Brasil. A complacência ou a inação não são opções viáveis. A defesa da soberania e a promoção dos interesses nacionais exigirão do Brasil uma combinação de fortalecimento de suas capacidades de defesa, aprofundamento da integração regional e uma diplomacia ágil e pragmática, capaz de navegar nas incertezas da nova ordem mundial que já é uma realidade. A hora de agir é agora, com visão estratégica e determinação política.

## REFERÊNCIAS

**THE WHITE HOUSE. UNITED STATES OF AMERICA, 2025.** *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC.

---

**\*Albert Caballé Marimón** possui formação superior em marketing. Depois de atuar trinta e sete anos em empresas nacionais e multinacionais, dedica-se à atividade de pesquisador nas áreas de História Militar, Defesa e Geopolítica. É fotógrafo e editor do site *Velho General*. Já atuou na cobertura de eventos como a Feira LAAD, o Exercício CRUZEX, a Operação Acolhida, o Exercício Treme Cerrado e proferiu palestras na Academia da Força Aérea (AFA). Foi colaborador do US Naval Institute (USNI) e atualmente colabora com o Canal Arte da Guerra.

**\*\*Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: [marcoutinho@hotmail.com](mailto:marcoutinho@hotmail.com). Acompanhe seu trabalho também pelo Substack: <https://substack.com/@marcoutinho>.

---